

Plano Operacional 2011-2015

DFID MOZAMBIQUE

Actualizado Junho de 2012

Índice:		
	Introdução	
Capítulo 1:	Contexto	1
Capítulo 2:	Visão	2
Capítulo 3:	Resultados	
Capítulo 4:	Prestação e Recursos	4-5
Capítulo 5:	Custo-eficiência	6-10
Capítulo 6:	Monitoria e Avaliação	11
Capítulo 7:	Transparência	12
Anexo 1:	Revisão do Plano Operacional para 2011	13

Introdução

O Governo britânico está determinado a ajudar a reduzir as desigualdades de oportunidade que testemunhamos pelo mundo de hoje. Acreditamos que a promoção da prosperidade global é um dever moral e do interesse nacional do Reino Unido. A ajuda é sempre apenas um meio para um fim, nunca um fim em si. É a criação da riqueza e do crescimento sustentável que irá ajudar as pessoas a se livrarem da pobreza.

Em Maio de 2010, o Secretário para o Desenvolvimento Internacional, Andrew Mitchell, encomendou a Revisão da Ajuda Bilateral para analisar de forma abrangente e ambiciosa nos países em que o DFID trabalha por meio dos nossos programas directos no país e regionais. A análise centrou-se sobre as melhores formas para o Reino Unido combater a pobreza extrema, garantindo que causamos o maior impacto com cada libra que gastamos. Em paralelo, através da Revisão da Ajuda Multilateral, o DFID avaliou a eficácia das organizações internacionais que financiamos estão em relação ao combate à pobreza.

Em 01 de Março de 2011, foram anunciados os principais resultados das análises, incluindo os resultados que a ajuda do Reino Unido oferecera às pessoas mais pobres do mundo nos próximos quatro anos. A Revisão da Ajuda Bilateral redireccionou o programa de ajuda para menos países, para que possamos visar o nosso apoio, onde ela vai fazer a maior diferença e onde a necessidade é maior. Os resultados da Revisão da Ajuda Multilateral permitem-nos colocar mais dinheiro por detrás organizações internacionais eficazes que são fundamentais para a consecução das prioridades do Reino Unido para o desenvolvimento. Além disso, a independente Revisão da Resposta Humanitária de Emergência analisou como o Reino Unido pode se basear nos seus pontos fortes para responder às necessidades humanitárias de forma imparcial e ajudar a garantir que a resposta a catástrofes futuras pode ser melhor preparada e coordenada.

O DFID está empenhado em ser o líder mundial na transparência. No actual clima financeiro, temos o dever específico de demonstrar que estamos a atingindo um valor por cada libra do dinheiro dos contribuintes do Reino Unido que gastamos no desenvolvimento. Resultados, transparência e responsabilidade são os nossos lemas e guia em tudo o que fazemos. O DFID considera a transparência como fundamental para melhorar a sua prestação de contas aos cidadãos do Reino Unido e para melhorar a prestação de contas aos cidadãos dos países em que actua. A transparência também nos ajudará a conseguir mais valor pelo dinheiro nos programas que oferecemos e vai melhorar a eficácia da ajuda na redução da pobreza.

A Garantia da Transparência do Reino Unido compromete o DFID a tornar a nossa ajuda totalmente transparente para os cidadãos, tanto no Reino Unido como nos países em desenvolvimento. Como parte deste compromisso, estamos a publicar planos operacionais para os programas nacionais. Os Planos Operacionais definem a nossa visão, prioridades e resultados que serão produzidos em cada um dos nossos programas no país.

Vamos concentrar nossos esforços no apoio à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, criação de riqueza nos países pobres, fortalecendo sua governação e segurança e, combate às alterações climáticas. O prémio, ao proceder desse modo, é enorme: uma vida melhor para milhões de pessoas, e um mundo mais seguro e mais próspero.

1) Contexto

Moçambique registou um arranque de desenvolvimento sem paralelo após o fim da guerra civil em 1992. Foi a economia não dependente do petróleo, que mais cresceu, na África sub-saariana nos últimos 15 anos. O Governo de Moçambique (GdM) duplicou as suas receitas próprias de 10% para 19,5% do PIB na última década. Nesse ritmo, poderá tornar-se independente da ajuda em 2023. Tem um enorme potencial inexplorado, abundantes recursos naturais (minerais, carvão, gás e agora petróleo) e 30 milhões de hectares de terras aráveis não utilizadas. A sua localização, ligando cinco países sem litoral às rotas de navegação global, dá-lhe importância estratégica regional. O corredor de Tete, no norte é a principal rota comercial entre o Malawi, Zimbabwe e África do Sul, e da Zâmbia a rota mais curta para o mar. Um jazigo de carvão de classe mundial em Tete está a desenvolver-se. Em 2015, o volume das exportações poderá ser maior do que em qualquer outro lugar na África Central. As linhas de caminhos de ferro e estradas que estão a ser construídas para servir as minas podem fundamentalmente mudar a geografia económica da região, criando novas rotas de comércio dos portos moçambicanos para as regiões do interior, e facilitar o comércio com outras zonas industriais na região. Moçambique pretende em 2025, completar a sua transformação de uma nação pobre pós-conflito, numa próspera porta de entrada para o comércio e investimento regional.

No entanto, o crescimento até à data tem sido altamente concentrado em grandes mega-projectos de capital intensivo, que trouxeram relativamente poucos empregos e pouca redução da pobreza. O uso da terra é mínimo e o acesso à terra difícil: Apenas 12% da terra arável está a ser utilizada. As oportunidades económicas são limitadas: apenas 10% da população está formalmente empregada. O crescimento da população supera a criação de emprego, e as exportações tradicionais estão a decair. O acesso das mulheres aos recursos é muito desigual. A sua classificação no ambiente de negócios é 135º em 169, com apenas avanços modestos recentes. Actualmente a infra-estrutura que dispõe é básica - é o 14º país no mundo com menos ligações internas e a concretização dos benefícios regionais dos corredores de transporte exigirá um investimento bem planeado e boa coordenação e cooperação regional.

Proporcionalmente, o crescimento levou a pouca redução da pobreza - e, uma medida ilustrativa, é que não há progresso na ODM 1 nas áreas rurais desde 2002 / 3. Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo: 75% da população vive na pobreza. Os agregados familiares chefiados por mulheres estão em particular desvantagem. Cerca de 50% destes agregados encontram-se no terço mais pobre da população. 44% das crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição crónica. O fosso "gap" da pobreza está a aumentar. Para enfrentar estes desafios, o GdM está a fazer da produtividade agrícola e da criação de emprego, as suas prioridades na próxima estratégia de redução da pobreza

Em muitos outros ODM, têm-se registado progressos, mas as necessidades actuais continuam a ser enormes. Apesar dos progressos notáveis, no ingresso na escola primária, Moçambique quando comparado com outros países da África Sub-saariana, está mais atrasado em termos de conclusão do ensino primário e ingresso no secundário, especialmente no que diz respeito às raparigas. A qualidade da educação é um desafio grande e limitado por um dos maiores rácios de professor / aluno do mundo, e salas de aula insuficientes. No domínio da saúde, Moçambique ainda possui apenas 874 médicos colocando-o nos últimos cinco países do mundo em termos de rácio de trabalhadores de saúde. O HIV continua sendo um grande desafio (16% de prevalência) com a maioria dos infectados no grupo etário produtivo, mas as necessidades são substancialmente financiadas por doadores. Tanto os ODM relativos à água como ao saneamento não estão a ser cumpridos. Com efeito, Moçambique tem uma das percentagens mais baixas de África em termos de acesso a instalações sanitárias melhoradas - apenas 4% nas áreas rurais. Práticas de higiene precárias agravam o problema. A diarreia é a quarta causa maior de morte entre crianças menores de 5 anos.

Em matéria de governação, Moçambique obteve ganhos iniciais após o fim da guerra. Realizou eleições, aumentou a liberdade de imprensa e introduziu uma nova Constituição. A paz e estabilidade foram consolidadas. O bom desempenho na gestão económica e financeira continua. Mas as eleições de 2009 reforçaram o poder do partido no poder. Os limites entre o Partido, o Estado e o sector privado são obscuros. Uma elite opera com relativa impunidade. Os mecanismos de responsabilização são fracos. A corrupção parece ser um problema crescente. Isso está a acontecer à medida que as receitas dos recursos naturais estão a aumentar, e se prevê que se encontre mais petróleo.

Finalmente, em termos de doadores, Moçambique é um dos países do mundo que tem uma das maiores concentrações de organismos doadores, tornando imprescindível uma boa coordenação da ajuda. O DFID tem um papel de liderança dentro da comunidade de doadores na eficácia da ajuda. No âmbito deste plano, o DFID continuará a colocar uma forte ênfase na eficácia da ajuda, a fim de evitar os custos de transacção que sobrecarregam o governo.

2) Visão

Resumo

A criação de riqueza e a governação são as duas áreas de que o sucesso deste plano mais depende. Sem a criação de emprego e aceleração da produtividade agrícola, a estabilidade será ameaçada. Sem progressos na luta contra a corrupção e reforço da responsabilização, os ganhos futuros serão postos em perigo. O DFID, portanto, irá priorizar o financiamento nessas áreas. O plano gere o risco da maldição dos esperados recursos do petróleo e de descobertas de gás, em particular, fazendo depender subsídios futuros para o crescimento e redução da pobreza, de reformas políticas duras para melhorar a transparência. O progresso nessas áreas vai fazer os progressos para os sectores sociais e a mitigação das mudanças climáticas acessíveis e sustentáveis, e irá fazer da libertação da ajuda uma meta realista. O plano também está bem alinhado com as prioridades do GdM na criação de emprego, produtividade agrícola, educação e infra-estruturas. O DFID, durante o período abrangido por este plano, irá aumentar o financiamento em todas essas áreas.

Alinhamento com o HMG (Governo de Sua Majestade) e Prioridades do DFID

Além da redução da pobreza, as prioridades do Reino Unido em Moçambique são o comércio, segurança e investimentos. O Reino Unido tem interesse em assegurar que Moçambique continua a ser uma âncora da estabilidade regional, e que o seu desenvolvimento futuro não seja ameaçado pela insegurança marítima e aumento dos níveis de crime organizado. O DFID vai trabalhar com o Adido de Defesa do Alto Comissariado Britânico para apoiar este objectivo. O HMG tem também interesse em ajudar Moçambique a tirar vantagem da sua posição como uma porta de entrada económica para a região, ligando os cinco países do interior às rotas de navegação global. O DFID irá trabalhar com o Alto Comissariado Britânico e o sector privado para melhorar o clima de negócios, e fortalecer os laços de Moçambique com o Reino Unido e a economia global.

Em termos de alinhamento com as prioridades do DFID, iremos: manter elevados níveis de ingresso no ensino primário, melhorando ao mesmo tempo a retenção no ensino primário e secundário particularmente para as raparigas; melhorar a prestação de serviços de saúde e de planeamento familiar; aumentar o número de pessoas nas áreas rurais que utilizam água tratada e fontes de saneamento, e a prática comportamentos seguros de higiene; aumentar a resiliência, ferramentas e habilidades para gerir os impactos das mudanças climáticas, atraindo fundos de investimento; e apoiar o desenvolvimento de instituições democráticas locais, grupos da sociedade civil e dos media. O DFID vai desenvolver novos projectos sobre direitos de propriedade e finanças das pequenas e médias empresas, acelerar o registo da comunidade e uso produtivo da terra, catalisando o desenvolvimento rural no fértil vale do Zambeze, alavancar investimentos de infra-estruturas do sector privado nos quatro corredores de desenvolvimento regional, e ampliar a cobertura e qualidade das estradas rurais. O DFID vai melhorar a vida das raparigas e mulheres, priorizando investimentos para as raparigas adolescentes, através dos nossos programas de saúde, planeamento familiar, saneamento e de educação; tendo como alvo directo as raparigas e mulheres melhorando os direitos à propriedade, o acesso ao financiamento, emprego e renda, e direccionamento das transferências em dinheiro, aumentando a proporção de mulheres beneficiárias de pensão social através da melhoria dos mecanismos para um direccionamento efectivo; fortalecendo a voz da mulher e seu envolvimento na tomada de decisões, apoiando o papel da mulher no programa de apoio directo à escola e registo das mulheres nos cartões de cidadão de saúde, para melhorar a monitoria dos serviços de saúde e de educação, e aumentar a participação das mulheres na política e nos media através dos nossos programas de governação. Iremos fazer o acompanhamento da contribuição das nossas intervenções para as metas de nutrição na saúde, educação, protecção social e criação de riqueza, e considerar novos trabalhos nessa área.

O que vamos parar de fazer

O DFID Moçambique vai deixar de financiar o programa sectorial de HIV / Sida, mas vai tratar da epidemia, como parte de uma abordagem holística ao sistema de saúde. Vamo-nos afastar da liderança do grupo de doadores em 2012. Vamos parar as actividades actuais na Reforma do Sector Público para ajudar a focalizar na responsabilização interna. O nosso objectivo é de gradualmente passar o nosso compromisso no sector de estradas para a CE. Não nos vamos envolver directamente no diálogo no sector da agricultura, mas antes centrarmo-nos nos maiores obstáculos ao desenvolvimento rural, que terá como alvo não só o sector agrícola como também outros sectores produtivos.

3) Resultados

Resultados principais

Pilar/ Prioridade Estratégica	Indicador	Base (incluindo o ano)	Resultados esperados (incluindo o ano)
Pobreza	Numero de pessoas pobres beneficiando de programas de protecção social básica.	454.000 pessoas, das quais 56.000 são atribuíveis ao DFID.	604.000 pessoas (apenas 2014). Uma media de 43.000 pessoas por ano atribuíveis ao DFID entre 2011 e 2014.
Educação	Numero de crianças a concluir o ensino primário. Numero de crianças a frequentar o ensino secundário inferior (8 – 10 ° ano).	341.000 crianças, das quais 155.000 raparigas (2010) Parte do DFID : 11.800 crianças; 5.400 raparigas 529.000 crianças, das quais 244.000 raparigas (2010) Parte do DFID : 18.400 crianças; 8.500 raparigas	474.000 crianças, das quais 216.000 raparigas (apenas 2014). Parte do DFID : 43.700 crianças; 20.000 raparigas (2011 a 2014) 717.000 crianças, das quais 338.000 raparigas (apenas 2014). Uma media de 18.200 crianças (6.500 crianças) por ano atribuíveis ao DFID entre 2011 e 2014
Governança	Numero de pessoas apoiadas para terem escolha e controlo sobre o seu próprio desenvolvimento e a responsabilizarem os decisores.	0 (2010)	33.000 pessoas (apenas 2014). Uma media de 15.000 por ano atribuíveis ao DFID entre 2011 e 2014
Saúde	Numero de partos com ajuda de enfermeiras, parteiras e medicas. Numero de mulheres grávidas a receberem medicamento contra a malária.	465.000 partos dos quais 23.800 são atribuíveis ao DFID 140.000 mulheres dos quais 7.000 são atribuíveis ao DFID	552.000 partos (apenas 2014), dos quais 98.000 são atribuíveis ao DFID (2011 para 2014) 229.000 mulheres (2012 a 2014), das quais 8.900 são atribuíveis ao DFID (2011 para 2014)
Água e saneamento	Numero de pessoas adicionais habitantes em zonas rurais com acesso a instalações sanitárias melhoradas.	270.000 pessoas adicionais (2010) das quais 3.300 são atribuíveis ao DFID	1,7 milhões de pessoas adicionais (2010 a 2014) das quais 111.000 são atribuíveis ao DFID
Criação de riqueza	Numero de pessoas apoiadas para melhorarem os direitos a terra e propriedade	186.000 pessoas (2010) das quais 83.000 são atribuíveis ao DFID	699.000 pessoas (2012 a 2014), das quais 314.500 são atribuíveis ao DFID e 173.000 são do sexo feminino

3) Resultados (continuação)

A evidência que sustenta os resultados

Há uma grande corpo de evidências reconhecidas a nível nacional e internacional sobre Moçambique, que analisam os principais obstáculos para o desenvolvimento e crescimento: por exemplo, os Indicadores do Desenvolvimento e da Governação, Memorandos Económicos do País, classificações do CPIA. Tal é complementado por análises de políticas económicas e avaliações de risco fiduciário realizadas ao nível do país da nossa análise de risco para o apoio ao orçamental geral e sectorial, e análises de mudanças de políticas. Estes são suportadas pelo pelos resultados do Inquérito Nacional dos Agregados Familiares sobre os Rendimentos e Pobreza de 2010 confirmando que as desigualdades permanecem grandes, enquanto que se continua a registar progresso na prestação de serviços básicos, como educação e saúde.

Para o primeiro conjunto de amplas intervenções (Criação da Riqueza, Governação Económica e Educacao) a evidencia do pais e forte. Existem mecanismos de sistemática recolha e análise de dados incluindo: Avaliação do Clima de Investimento de 2009, avaliação PEFA, o Mecanismo Africano de Avaliação de Pares e o altamente desenvolvido Sistema de Informação sobre a Gestão da Educação onde propomos desenhar e elevar os principais programas.

Para o segundo conjunto de intervenções onde os factores que determinam melhor acesso e resultados são conhecidos a partir de experiências a nível nacional e internacionais (Saúde, Agua e Saneamento e Transferências Monetárias) e existem exercícios anuais de verificação de dados e Inquéritos regulares aos agregados familiares e Inquéritos Conjuntos de Indicadores Múltiplos para cruzar as evidências. Continuaremos a providenciar apoio significativo enquanto construímos sistemas de dados.

Para o terceiro conjunto de intervenções onde a base de evidencias e mais fraca e onde somos novos nas áreas e sem fontes de evidencias fiáveis e comprovadas (programas de alimentos e transferências monetárias na educação, cupões e sub-contratação de contraceptivos na saúde, programas de trabalhos públicos, governação política) pilotaremos e financiaremos uma fase de inepcao para termos uma base de evidencias antes de aumentarmos o programa. Para além disso, o pilar da Pobreza, especificamente a protege fundos para a monitoria da pobreza, que ajudarão a preencher as lacunas de evidências e recrutaremos um conselheiro de avaliação para desenvolver sistemas adicionais ao nível dos projectos. Planeamos concorrer para fundos adicionais do DFID central para os dois anos deste plano, para aumentar novas intervenções caso as evidências dos resultados dos dois primeiros anos assim o justifique.

Justificação do custo-eficiência

Apesar das grandes distâncias, a população vivendo em áreas remotas e infra-estruturas deficientes os custos unitários subjacentes a este plano comparam-se favoravelmente com outros países da África Sub-saariana. Examinando as nossas opções sobre opções de intervenção e parcerias, foi considerada a melhor forma de podemos maximizar o retorno e resultados da nossa ajuda. Centramo-nos em:

- (1) como poderíamos maximizar as sinergias entre os pilares para aumentar a eficácia de custos;
- (2) como poderíamos melhor influenciar as decisões de políticas do governo e de financiamento;
- (3) como poderíamos obter melhor impacto da eficácia de outra ajuda, e
- (4) como poderíamos usar fundos para alavancar significativamente o financiamento do sector privado, especificamente em torno da criação de riqueza.

Em termos de sinergias, por exemplo, a educação contribui para a saúde (integrando os direitos reprodutivos no currículo), saneamento (casas de banho para as raparigas nas escolas) e pobreza (transferências em dinheiro para estimular a frequência escolar) e pobreza (transferências de dinheiro para encorajar a frequência). Em termos de influência das políticas do governo e decisões de financiamento, mantemos um significativo apoio ao orçamento geral do estado, ao mesmo tempo que temos a intenção de introduzir uma parcela de desempenho para maximizar o nosso potencial de influência. O dinheiro que estamos a providenciar, através do apoio aos sectores é através do planeamento comum e como tal, dos sistemas de governo, que é provável que represente uma melhor relação custo-eficiência do que os projectos. Tal vai se basear no nosso histórico de influenciar a nível de sector, e reconhece vai alavancar largos fundos verticais para o investimento (ex.: "Fast Track Initiative" e Fundo Global da Saúde). Em termos de nossa abordagem à criação de riqueza, os resultados são baseados em fundos DFID alavancando maiores investimentos adicionais, do sector privado, parcerias público-privadas e do sector público.

Alinharemos as estratégias e ferramentas de melhorias financeiras tanto Corporativas como de Divisão e garantir que temos os sistemas, procedimentos e praticas para conduzir melhorias continuas na gestão financeira.

4) Prestação e Recursos

Opção de Intervenção

A nossa opção de intervenção é informada pela parte relativamente pequena do DFID, no financiamento total dos doadores em Moçambique, juntamente com o desejo do Governo de Moçambique de reduzir a dependência da ajuda. Estes factores significam que temos de usar a nossa ajuda para aproveitar melhor o custo eficiência dos gastos totais para a redução da pobreza em Moçambique, seja proveniente de receitas internas ou dos doadores; e precisamos de usar a estreita janela de tempo antes da redução do auxílio, para ajudar a estabelecer sistemas que sustentem essas melhorias.

Portanto, é importante que mantenhamos o nosso apoio ao orçamento geral do Estado ao GdM para os próximos anos, para manter a liderança e influência juntamente com outros doadores e GdM, e assim, conduzir as reformas de governação e de criação de riqueza, que são necessárias para Moçambique se libertar da ajuda. Isto será complementado por mais projectos de capacitação e assistência técnica em áreas específicas da governação económica, como aquisições "procurement", anti-corrupção e gestão das finanças públicas.

No decurso do período de quatro anos, avançaremos gradualmente para programas de apoio sectorial garantindo que continuamos a cumprir com os actuais compromissos no curto prazo. Isso garantira a provisão de serviços básicos não e interrompida e proporcionar mais tempo para desenhar intervenções piloto mais inovativas.

Preveremos uma série de projectos especialmente desenhados para tratar das limitações específicas em sectores individuais e permitir-nos participar e influenciar no financiamento do sector privado em larga escala. Vamos aumentar significativamente o apoio a intervenções de projecto fora dos sistemas do GOM, para estimular a busca de responsabilização por parte da sociedade civil e dos media. Isto irá envolver gastos gerais administrativos que serão grandes no início, mas que apoiam um resultado do impacto potencialmente alto e, em conjunto com os Projectos de reforço de capacidade acima mencionados, irão ter como alvo os grandes riscos de governação para este plano.

Parcerias

O nosso foco chave com o GOM a curto prazo, é o de influenciar a reforma de políticas para apoiar a nossa teoria da mudança e gerir os riscos em torno da maldição dos recursos. A médio prazo, uma mudança para mais programas de apoio sectorial irá incentivar a prestação mais eficiente de apoio aos sectores, tanto do DFID como de outros doadores, resultando em ganhos de eficiência para o GdM.

Os nossos planos para trabalhar com outros doadores, tomam como base os resultados da Revisão da Ajuda Multilateral. Trabalharemos com multilaterais sempre que possível, por exemplo, a CE nas estradas, e através de bilaterais ex: holandeses na água e saneamento. Vamos trabalhar com os colegas no Reino Unido para mitigar os riscos de trabalhar através de outros doadores, incluindo através de "lobby" na sede. Teremos intervenções estratégicas orientadas para alavancar outros recursos, por exemplo, a criação de uma unidade no Ministério da Saúde para garantir que o Fundo Global aumenta a sua eficácia. Vamos também construir parcerias e incentivos para o sector privado para juntar fundos públicos e dos doadores para criar grandes investimentos nos sectores rurais, ao mesmo tempo construindo infra-estruturas regionais.

Vamos usar os nossos projectos que têm como alvo o nível local, para reforçar as parcerias com os governos locais, comunidades e sociedade civil. Estas parcerias e os dados que fluem a partir desses projectos vão ajudar a informar os nossos compromissos mais amplos em matéria de políticas.

Vamos fortalecer as nossas parcerias com o sector privado, através das nossas actividades conjuntas em relação aos objectivos de criação de riqueza, usando a capacidade adicional trazida pelo novo assessor de Desenvolvimento do Sector Privado que pretendemos recrutar, em colaboração com o Alto Comissariado Britânico, e usando as suas redes comerciais.

Um desafio particular será o de fortalecer os laços com o partido no poder e outros partidos políticos, um objectivo que até agora a comunidade internacional tem achado um desafio.

4) Prestação e Recursos (continuação)

Despesas do programa

Pilar/prioridade estratégica	2010/11		2011/12		2012/13		2013/14		2014/15		TOTAL	
	Recurso £m	Capital £m	Recurso £m	Capital £m	Recurso £m	Capital £m	Recurso £m	Capital £m	Recurso £m	Capital £m	Recurso £m	Capital £m
Criação de Riqueza	13	4	14	4	14	4	18	4	20	2	66	14
Mudanças Climáticas	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	3	0
Governança e Segurança	10	0	11	0	14	0	13	0	15	0	53	0
Educação	22	0	20	0	18	0	21	0	21	0	80	0
Saúde Reprodutiva, Materna e do Recém-nascido	2	0	2	0	2	0	2	0	2	0	8	0
Malária	3	0	3	0	3	0	3	0	2	0	11	0
HIV/SIDA	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	16	0
Outra Saúde	7	0	7	0	7	0	7	0	7	0	28	0
Água e Saneamento	0	6	0	8	0	8	0	8	0	7	0	31
Pobreza, Fome e Vulnerabilidade	4	0	4	0	4	0	4	0	4	0	16	0
Humanitária	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	3	0
Outros MDG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcerias Globais	1	0	1	0	0	0	0	0	0		1	0
TOTAL	67	10	68	12	68	12	73	12	76	9	285	45

Os valores de 2010/11 reflectem os resultados efectivos como o ano de base antes do período actual da revisão de gastos. Os valores para 2011/12 a 14/15 são orçamentos previstos dentro do período de revisão de gastos. Os valores de 2012/13 diferem dos publicados no anterior Plano Operacional dado que o ciclo do orçamento para 2012/13 já ocorreu e a actualização das dotações para este ano foi acordada. Os valores de 2013/14 e 2014/15 estão sujeitos a actualizações nos anos subsequentes.

4) Prestação e Recursos (continuação)

Custos de Operação

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Total
	£'000	£'000	£'000	£'000	£'000	£'000
Custos de pessoal de campo - P	907	1,142	1327	1385	1454	5308
Custos de pessoal de campo - M	923	980	1087	1115	1171	4353
Custos Administrativos - Pay	431	322	334	258	265	1179
Custos Administrativos - Non Pa	261	223	166	127	135	651
Total	2522	2667	2914	2885	3025	11491

Os valores de 2010/11 reflectem os resultados efectivos como o ano de base antes do período actual da revisão de gastos. Os valores para 2011/12 a 14/15 são orçamentos previstos dentro do período de revisão de gastos. Os valores de 2012/13 diferem dos publicados no anterior Plano Operacional dado que o ciclo do orçamento para 2012/13 já ocorreu e a actualização das dotações para este ano foi acordada. Os valores de 2013/14 e 2014/15 estão sujeitos a actualizações nos anos subsequentes.

4) Prestação e Recursos (continuação)

Ganhos de eficiência

Proporcionando Maior Eficiência do Programa		
Categoria	Detalhes	Custo residual cost no período SR £'000
Repriorização Estratégica	Programa de Reforma do Sector Público encerra um ano antes, em 2011	250
Repriorização Estratégica	Fundo Catalítico de Prevenção do HIV encerra 2 anos antes, em 2012	1,400
Repriorização Estratégica	Saída do sector de estradas em 2014/15, dois anos antes do planeado	2,500

	2011/12		2012/13		2013/14		2014/15	
	PAY £'000	Non Pay £'000	PAY £'000	Non Pay £'000	PAY £'000	Non Pay £'000	PAY £'000	Non Pay £'000
Iniciativa de poupança nos custos administrativos								
Redução de pagamentos de consultoria		5		0		0		0
Redução do pessoal admin.	70	34	25	10	75	21		0
Redução nas viagens		12		7		15		0
Redução na formação		6		4		4		0
Redução na segurança da propriedade residencial		5		0		0		0
Redução na propriedade e nos custos de manutenção		8		1		0		0
Redução nos encargos com armazenagem		7		0		0		0
Total	70	77	25	22	75	40		0

5) Custo-eficiência (VfM)

Desafios chave: O sistema de classificação dentro do orçamento do Governo de Moçambique não permite necessariamente a construção de métricas de custo-eficiência (VfM) que são internacionalmente comparáveis. Dentro do DFID Moçambique, alguns dos nossos programas são pilotos e novos. Isto dá a oportunidade de identificar questões relacionadas com o custo benefício na fase do desenho dos projectos, mas o desenvolvimento de métricas reais de VfM vai levar tempo. Diante disto, iremos realizar uma abordagem sistemática de VfM, através de um plano de acção para integrar o VfM no novo modelo de caso de negócios do DFID, enquanto tentamos influenciar a capacidade de VfM do GdM. Esta abordagem será crítica, dado o volume que o DFID Moçambique pretende realizar através dos sistemas do governo.

Competências, Sistemas e Estruturas: O nosso foco em VfM será em melhorias nos sistemas de governo bem como nos projectos. Todas as nossas equipas irão integrar VfM no seu trabalho. Isto será apoiado por uma revisão interna por pares. O VfM será dirigido pelo Assessor Económico e apoiado por um outro assessor de avaliação.

Custos de Operação: Como parte da estratégia de VfM vamos monitorar sistematicamente as oportunidades de fazer um uso mais eficaz das nossas relações com o BHC (investigando opções de co-localização, trabalho conjunto na manutenção de propriedade, de transporte, e processos de acreditação), monitoria sistémica dos custos de viagens (maior utilização das instalações de conferências e bilhetes de baixo custo), melhorar o VfM do nosso parque habitacional (utilização de apartamentos, deixar alojamentos com grande manutenção), localizando postos sempre que possível (serviços empresariais e serviços de assessoria) e utilização de conhecimentos técnicos internos, sempre que possível.

Despesas do Programa : A fim de melhorar o VfM que obtemos das despesas do nosso programa, iremos:

- 1: Desenvolver uma estratégia completa e abrangente de VfM para o escritório do DFID-Moçambique, até meados de 2011: A implementação desta estratégia - ao longo do período do PO - irá incluir tanto a formação dentro do escritório em VfM para todo o pessoal do programa e apoio directo e prático pela equipa de Economistas para ajudar a medir, analisar e compreender VfM dentro dos programas. Como resultado da formação / apoio, o pessoal de programa do DFID - ao nível de assessoria e gestão de projectos - deverá ser capaz de falar com confiança sobre os conceitos básicos de VfM em geral, ser capaz de discutir questões relacionadas com a VfM de projectos específicos e usar essa informação para influenciar os nossos parceiros de implementação (incluindo o GdM) para melhorar tanto a medição como a implementação do VfM).
- 2: Garantir que as métricas de VfM são desenvolvidos e monitoradas regularmente em todo o programa, em relação a comparadores internacionais, sempre que possível e apropriado. As métricas serão desenvolvidas no estágio Proposta de Programa (Business Case) para novas intervenções e na fase da revisão anual para os programas existentes. As métricas serão então desenvolvidos e relatadas durante as Revisões Anuais;
- 3: Verificação (e monitoria sistemática) da qualidade dos nossos quadros lógicos para identificar se eles têm resultados e produtos apropriados para monitorar de forma sistemática o VfM.
- 4: Rever a estratégia e plano de implementação de VfM a fim do ano financeiro 2012/13
- 5: Avaliar das nossas intervenções na gestão financeira do Estado (com base em intervenções e risco de outros doadores) para identificar onde é necessário fortalecimento e o apoio do DFID melhor pode acrescentar valor (liderada pelos Assessores de Governança e Económicos);
- 6: Desenvolver uma metodologia sólida para a atribuição ao DFID de resultados específicos, incluindo para captar a contribuição (financiamento e influencia) do apoio orçamental

General: Esta abordagem terá como base considerações de VfM desde o início do ciclo do projecto e ao longo da linha de base. Esperamos também que as intervenções orientadas para a reforma do “procurment” do GdM proporcionem maior VfM dos fundos do DFID que utilizam sistemas do governo. O estabelecimento de um sistema de revisão de pares antes da aprovação do projecto irá fornecer garantia de qualidade. O uso das revisões anuais para sistematicamente monitorar o VfM – como parte integral da monitoria e avaliação (M&A) irão garantir uma implementação efectiva da estratégia de VfM.

6) Monitoria e Avaliação (*monitoria e avaliação*)

Monitoria: O DFID vai trabalhar para fortalecer os sistemas de monitoria e avaliação do governo e outros sistemas nacionais, trabalhando em conjunto com outros doadores para coordenar esse apoio. Muitas das linhas de base e metas utilizadas no quadro de resultados correspondem aos dados de base nacionais e metas nacionais acordadas de redução da pobreza. Procuraremos identificar as deficiências do sistema em sectores-chave nos quais nos envolveremos e aumentaremos o investimento em sistemas de monitoria e avaliação, quer directamente, quer através de outros.

Como – O DFID vai apoiar as revisões anuais dos sectores, oferecendo financiamento e apoio técnico para reforçar a capacidade de monitoria e avaliação, onde necessário. Para o financiamento dos projectos, vamos exigir relatórios periódicos de execução relacionados com resultados. Quando os progressos forem lentos ou haja desvios, acções correctivas serão acordadas e implementadas. Vamos garantir que todos os programas estabeleçam um quadro de monitoria e avaliação. Planos de monitoria e avaliação mais rigorosos serão desenhados para projectos inovadores, a fim de captar as lições tiradas e informar programas futuros.

Quem – Vamos trabalhar directamente com o GdM e os ministérios sectoriais para fortalecer os sistemas nacionais de monitoria e avaliação. Os parceiros de implementação serão responsáveis directos dos programas de monitoria. O pessoal do programa do DFID irá reunir os relatórios desses parceiros e com estes alimentar as revisões anuais e de desempenho, bem como a actualização de desempenho do Quadro de Resultados do Plano Operacional

Quando – A frequência da monitoria do parceiro irá variar entre os programas. O DFID vai alinhar as suas necessidades de relatórios com os ciclos nacionais de planificação e monitoria, sempre que possível. As equipas do programa reunir-se-ão duas vezes por ano, para relatar e discutir o progresso de acordo com o Plano Operacional e o Quadro de Resultados, e recomendar ao chefe do escritório acções em que o desempenho precisa melhorar.

O quê – As revisões anuais e de desempenho e irão captar o progresso em relação aos resultados, para alimentar a actualização do desempenho do Quadro de Resultados. Quando houver tendências de desvio, acções correctivas serão concebidas com os parceiros, com base na análise das alterações no contexto e nos pressupostos do programa.

Avaliação: Critérios gerais para a avaliação serão desenvolvidos com base nas orientações do DFID para ajudar as equipas a decidir que programas ou aspectos dos programas e projectos avaliar. Um plano de avaliação mais completo será desenvolvido até meados de Junho de 2012 com base nas orientações actuais do DFID, levando em consideração a prontidão dos nossos parceiros e as lacunas de capacidade que precisam ser abordadas.

Avaliação em curso – A Reforma do Sector Público está a ser avaliada como parte de um estudo de alto nível em vários países sobre a Eficácia da Ajuda. A Avaliação do Plano Estratégico do Sector da Educação 2006-2011 foi encomendada em conjunto pelo Ministério da Educação e parceiros doadores, a fim de informar a nova estratégia.

Avaliações planeadas – Apoiaremos uma avaliação de impacto no trabalho do lado da demanda. Tal inclui olhar para o engajamento dos cidadãos para melhorar a prestação dos serviços de saúde e educação, melhorar a voz e a prestação de contas aos cidadãos da área urbana e pilotar a intervenção para melhorar a qualidade da educação. A estratégia do Sector da Saúde que termina em 2012 será avaliada em 2012 para informar a próxima estratégia. O plano de avaliação integral será desenvolvido até Junho de 2012 e vai identificar avaliações adicionais em outros sectores.

Proporção do orçamento que será sujeita a avaliação independente: O nosso objectivo é ter pelo menos 25% do nosso orçamento anual sujeito a uma avaliação independente.

Posto de Avaliação – Vamos recrutar, a tempo inteiro, um Assessor de Avaliação e Resultados.

Acções para tratar das lacunas em competências - O actual assessor para resultados irá coordenar a implementação do plano de monitoria e avaliação, com o apoio da equipe do programa, 20% de alguém da Divisão de Estatística, Pesquisa e Evidência na sede do DFID. Pessoal relevante irá receber formação e outros apoios para desenvolver as competências adequadas necessárias para a implementação do plano de monitoria e avaliação.

Apoio para melhorar a utilização pelos parceiros da monitoria e avaliação: O DFID vai avaliar o uso actual da monitoria e avaliação dos parceiros de implementação. O treinamento será destinado a criar um ambiente propício para a implementação efectiva da monitoria e avaliação. Isto terá como base as lições aprendidas pelo Ministério da Educação que, com o apoio de parceiros, desenvolveu um módulo de treinamento para melhorar a monitoria e avaliação ao nível de distrito.

7) Transparência

O DFID Moçambique vai avaliar as implicações da “UK Aid Transparency Guarantee” Garantia de Transparência da Ajuda do Reino Unido e pôr em prática um plano no primeiro semestre de 2011, para garantir o cumprimento desses compromissos. Sujeito aos protocolos de segurança da informação, faremos o possível para maximizar a disponibilidade de informações ao público.

Partilha de Informação

Vamos garantir que a informação que publicamos é de qualidade verificada e introduzir incentivos para garantir que todos os funcionários assumam a responsabilidade pela qualidade da informação produzida, integrando isto nos objectivos de desempenho do pessoal. Vamos destacar a importância da utilização do inglês sem jargão em todas as comunicações externas, e desencorajar o uso de siglas em todas as informações a serem compartilhadas com o exterior. Vamos rever todas as traduções que forem feitas para o Português no que diz respeito à precisão. Finalmente, vamos garantir que a qualidade da informação sobre a ajuda que prestamos à base de dados de ajuda do governo (ODAMOZ) seja consistente com os padrões acordados da “Internacional Aid Transparency Initiative” (Iniciativa Internacional de Transparência na Ajuda). Vamos traduzir o nosso plano operacional para português e disseminá-lo amplamente em formato electrónico, e em papel para os parceiros de implementação. Vamos incentivar os nossos parceiros (doadores, sociedade civil, governo) a serem mais transparentes.

Vamos garantir que o apoio do programa toma em consideração os orçamentos para a divulgação e acesso à informação. Vamos continuar a pressionar por uma Lei de Acesso à Informação, e iremos apoiar as organizações da sociedade civil a recorrer a ela e que o GdM responda às demandas. Vamos encorajar os nossos parceiros a partilhar as revisões/ relatórios com os diferentes intervenientes, por escrito, “on-line” ou através de fóruns consultivos abertos sempre que possível. Vamos usar a nossa presidência do Grupo dos 19 doadores para identificar outras formas dos doadores promoverem a prestação de contas internamente.

Permitir o acesso à Informação / “feedback” dos beneficiários

Vamos comunicar a disponibilidade de informações sobre projectos DFID Moçambique, através de diferentes formas. Por exemplo: incluindo um link para o banco de dados de projectos DFID em www.pap.org.mz e www.odamoz.org.mz ; incluindo uma assinatura de “compromisso de transparência” nos e-mails do pessoal; publicação e distribuição de um folheto sobre os principais pontos dos compromissos de transparência do DFID, e onde o público poderá aceder à informação.

Vamos dar oportunidades àqueles directamente afectados pelos nossos projectos para fornecerem “feedback” sobre o desempenho dos projectos de várias formas: Vamos promover o debate em torno da avaliação anual independente do desempenho dos doadores do apoio orçamental. Vamos produzir uma versão orientada e acessível deste relatório para o parlamento, para os media e sociedade civil. Vamos assegurar que os quadros de avaliação de desempenho dos doadores e do governo, toda a documentação relacionada com a revisão anual, todas as avaliações de condições e externas (de todos os programas financiados pelo DFID) sejam publicadas no “website” comum dos doadores: www.pap.org.mz . Vamos garantir que mecanismos de consulta com as pessoas afectadas pelos nossos projectos sejam criados em todas as fases do ciclo do programa.

A pesquisa e análise financiadas pelo DFID Moçambique serão tornadas públicas. Os Termos de Referência para peças de pesquisa irão determinar de que forma o relatório será divulgado, e como a divulgação será planeada e orçamentada. Seremos mais pró-ativos no envolvimento de organizações da sociedade civil nas discussões sobre políticas, e na partilha de informação e análise informal com grupos da sociedade civil (por exemplo, análise de orçamentos, documentos de fundo, análises políticas e económicas, etc.).

Anexo 1: Revisões ao Plano Operacional 2011

1. Principais Resultados

a) Criação de Riqueza

O indicador original ("Número de empregos criados") não é mais reflexivo do trabalho do DFID Moçambique na criação de riqueza, o programa de criação de emprego está num estágio muito inicial e, actualmente, representa apenas uma pequena parte da carteira. O novo indicador é mais representativo da carteira e fornece informações sobre o que é um produto fundamental em termos do desenvolvimento de Moçambique.

b) Governança

O âmbito do indicador original foi alargado para além da "Voz dos cidadãos urbanos" para cobrir todos os cidadãos. Esta mudança faz com que o indicador seja mais reflexivo do trabalho do DFID Moçambique, na prestação de contas, dado que agora inclui o trabalho de apoio às organizações da sociedade civil e um programa novo do engajamento dos cidadãos com enfoque na melhoria da prestação de serviços na saúde e educação. A formulação e a metodologia do indicador também foram alinhados com a utilizada para o indicador do Quadro de Resultados do DFID (DRF).

Outras pequenas alterações.

Pobreza - a linha de base e a meta foram actualizadas para harmonizar com a metodologia acordada para o indicador do DRF nas transferências monetárias, isso significa que agora tanto os beneficiários directos e indirectos estão incluídos. A linha de base e a meta também são afectadas pelas alterações feitas para melhorar a metodologia para atribuir a parte do DFID nos resultados através do apoio ao orçamento geral. A meta também foi revista devido às recém disponibilizadas previsões do Governo de Moçambique sobre o número de beneficiários que espera durante o período do Plano Operacional. A meta estava antes baseada no ano final, e agora esta baseada na média, durante o período de quatro anos do Plano Operacional e esta é mais representativa do número de pessoas que planeamos atingir ao longo do período.

Anexo 1: Revisões ao Plano Operacional 2011(continuação)

- Conclusão do ensino primário - A linha de base e a meta foram actualizadas para harmonizar com a metodologia acordada para o indicador DRF do mesmo nome. Isto significa que o indicador é agora uma medição do ingresso vs repetentes na classe final, em vez dos que permanecem até a classe final. E que a meta agora é baseada num total acumulado de 2011 a 2014, ao invés de apenas 2014. A linha de base e a meta também são afectadas pelas alterações feitas para melhorar a metodologia para atribuir a parte do DFID nos resultados através do apoio ao geral orçamental.
Ingresso no ensino secundário – As metas utilizadas no Plano Operacional anterior foram baseadas nas metas do governo de Moçambique, este ano, nós revemos as metas em baixa para torná-las mais realistas. A meta estava antes baseada no ano final, e agora esta baseada na média, durante o período de quatro anos do Plano Operacional e esta é mais representativa do número de pessoas que planeamos atingir ao longo do período. A linha de base e a meta também são afectadas pelas alterações feitas para melhorar a metodologia para atribuir a parte do DFID nos resultados através do apoio ao orçamental geral.
- Partos assistidos - A meta agora é baseada no número cumulativo de partos assistidos durante o período de quatro anos, ao invés de apenas o ano final. Esta mudança foi feita para alinhar com a metodologia acordada para o indicador DRF do mesmo nome. A linha de base e a meta também são afectadas pelas alterações feitas para melhorar a metodologia para atribuir a parte do DFID nos resultados através do apoio ao orçamental geral.
Tratamento da malária - O Governo de Moçambique não tem sido capaz de oferecer tanto quanto o esperado nesta área, devido a problemas com o sistema de gestão da cadeia de abastecimento e escassez de fundos para a malária em 2010 e 2011. Assim, as metas foram revistas em baixa. A linha de base e as metas também são afectadas pelas alterações feitas para melhorar a metodologia para atribuir a parte do DFID nos resultados através do apoio ao orçamental geral.
- Saneamento - a linha de base e a meta foram actualizadas para harmonizar com a metodologia acordada para o indicador DRF de mesmo nome, isto significa que agora só são relatados as pessoas que acederam ao longo do período do PO. A linha de base e a meta também são afectadas pelas alterações feitas para melhorar a metodologia para atribuir a parte do DFID nos resultados através do apoio ao orçamental geral.